

Secretaria de
Meio Ambiente
e Sustentabilidade



Pagamento por Serviços Ambientais Pará Amazônia Agora (Pará PSA2)

SUDAM

JUNHO/2024

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Pagamento por Serviços Ambientais Pará Amazônia Agora (Pará PSA2)

Alçada do Projeto
Federal



Estadual



Outros

JUNHO/2024

SUMÁRIO

1.	Título do projeto	4
2.	Proponente do projeto	4
3.	Resumo	4
4.	Contextualização	4
5.	Objetivo Geral	4
6.	Objetivo Específico	4
7.	Vínculo o projeto à uma estratégia nacional/regional de política pública	4
8.	Metodologia	5
8.1.	Público Alvo do projeto	5
8.2.	Localização no território (com mapa)	5
8.3.	Procedimentos	5
8.4.	Estudos Ambientais	5
9.	Meta (s)/ Etapa(s) do projeto	5
10.	Resultado e Impacto esperado	6
11.	Equipe gestora do projeto	6
11.1.	Equipe executora	6
11.2.	Equipe de apoio	6
12.	Investimento	7
12.1.	Fonte de recurso	7
12.2.	Valor do projeto	7
12.3.	Cronograma Físico-Financeiro	7
13.	Gestão de Risco	8
13.1.	Indicador do projeto	8
13.2.	Análise de Risco	8
14.	Referências	8
15.	Anexos	8

1. Título do projeto

Pagamento por Serviços Ambientais Pará Amazônia Agora (Pará PSA2)

2. Proponente do projeto

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS-PA
CNPJ: 34.921.783/0001–68
Endereço Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco. Edifício Itacaiúnas.
Cidade: Belém
UF: PA
CEP 66.093-677
Telefone: +55 (91) 3184-3398
e-mails de contato: gabinete@semas.pa.gov.br

3. Resumo

O projeto Pará Amazônia Agora (Pará PSA2) aborda problemas críticos como desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade e a precariedade dos meios de vida das comunidades locais e povos indígenas. Ele combate essas questões e promove a sustentabilidade econômica desses territórios coletivos, fornecendo fontes de renda através de pagamentos por serviços ambientais.

4. Contextualização

O Pagamento por Serviços Ambientais - PSA é uma transação de natureza voluntária por meio da qual um pagador de serviços ambientais transfere recursos financeiros ou outra forma de remuneração a um provedor desses serviços, sob condições acordadas. Configura, portanto, um mecanismo financeiro de remuneração e reconhecimento de atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais. Esse incentivo econômico e a relação voluntária entre provedores e compradores têm se mostrado um importante instrumento de mudança de comportamento dos provedores de serviços ambientais em todo o mundo. O Programa de PSA do Pará contribuirá, em última instância, para combater o desmatamento, a degradação florestal e restaurar os ecossistemas e, conseqüentemente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), mitigar a perda de biodiversidade e melhorar os meios de vida.

O Projeto "Governo do Estado do Pará: Estruturação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no âmbito do Plano Amazônia Agora (Pará PSA 1) - (BR-T1516)"¹ - com previsão de conclusão em 2024 - está possibilitando o desenvolvimento inicial da estratégia e do arcabouço metodológico para um Programa de PSA no estado do Pará. O Pará PSA1 inclui a implementação de um Piloto de PSA com foco em propriedades privadas e tem o governo atuando como comprador âncora de serviços ambientais para operacionalizar um PSA voltado para pequenos agricultores. A The Nature Conservancy (TNC), como agência executora do PSA 1 do Pará, possui um Acordo de Cooperação com o estado do Pará para estruturar o Programa Estadual de PSA.

A presente proposta de IG "Estruturação e Pilotagem do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Pará Amazônia Agora (Pará PSA2) - (BR-G1013)" dará continuidade à estruturação do Programa de PSA do Pará, com foco no desenvolvimento de uma metodologia de PSA adaptada às áreas de povos indígenas e comunidades locais ("territórios coletivos") e na pilotagem de pagamentos iniciais para esta tipologia de provedores de serviços ambientais. A inclusão desta tipologia de provedores de serviços ambientais no Programa requer o desenvolvimento de uma estratégia inovadora de implementação, bem como o teste de diversos mecanismos financeiros, incluindo o chamado Fundo da Amazônia Oriental (FAO), para operacionalizar os pagamentos e continuar construindo uma arquitetura financeira robusta de investimentos para o Programa de PSA do Pará. Espera-se que sejam remunerados serviços ambientais como manejo e restauração florestal, florestas em pé para conservação e bioeconomia.

O estado do Pará, desde 2019, vem criando um cenário político favorável e necessário à execução dessa agenda de desenvolvimento com bases sustentáveis. O estado instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC - Lei nº 9048/2020, Pará 2020a) e em seguida o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que se comprometeu a recuperar 5,6 milhões de hectares até 2030, o que representa quase 50% da meta nacional (Decreto Estadual nº 941/2020, Seção III, Art. 11, Parágrafo 1º - Pará 2020). Neste contexto, foram instituídos ainda a Estratégia Estadual de Bioeconomia (Decreto Estadual nº

1.943/2021, Pará 2021) e, por último, o recém-publicado, Plano Estadual de Bioeconomia (Planbio - Decreto Estadual nº 2.746/2022, Pará 2022). Esses instrumentos apresentam objetivos, meios e finalidades em consonância com a agenda da recuperação da vegetação nativa (SEMAS, 2023). Os instrumentos legais, nesse sentido, podem ser sistematizados conforme:

- Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA - Decreto Estadual nº 941/2020, Pará 2020a);
- Plano de Bioeconomia do Pará; e Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC - Lei Estadual nº 9048/2022, Pará 2022c).

5. Objetivo Geral

O Programa Pará Amazônia Agora (Pará PSA2) tem como objetivo continuar a estruturação do Programa de PSA do Pará, focando no desenvolvimento de uma metodologia adaptada para territórios coletivos, e na implementação de pagamentos iniciais para esses provedores de serviços ambientais.

6. Objetivo Específico

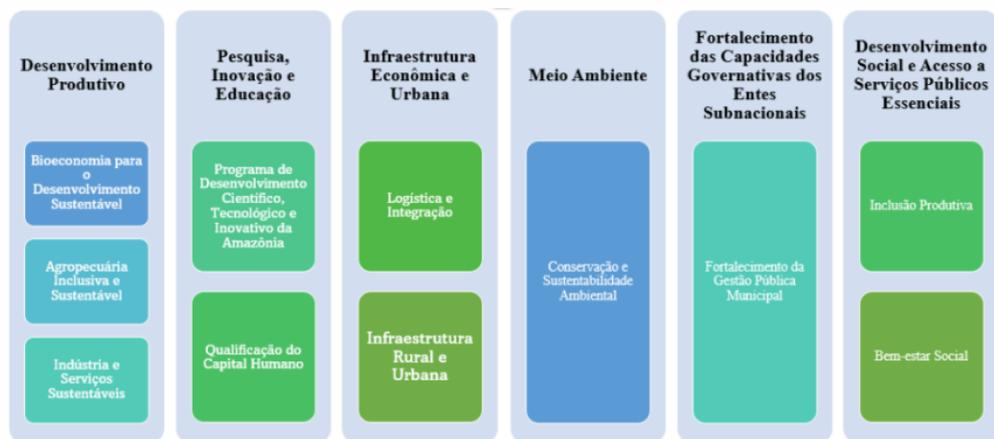
Parar a desflorestação e aumentar a restauração e conservação das florestas:

Promover a inclusão e igualdade de Gênero

Apoiar condições políticas favoráveis a paisagens resilientes e recuperação de florestas

7. Vínculo o projeto à uma estratégia nacional/regional de política pública

O Projeto apresentado tem alinhamento com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA no que se refere aos Eixos Desenvolvimento Produtivo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais. Do ponto de vista de programas, o projeto tem relação com aqueles que são apresentados nos eixos supracitados.



Fonte: SUDAM, 2023

Em relação aos 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -ODS(s), o projeto tem certa transversalidade e pode ser considerado que está alinhado com especialmente com os ODS 1, 2, 5, 6, 11, 12, 13, 14 e 15.

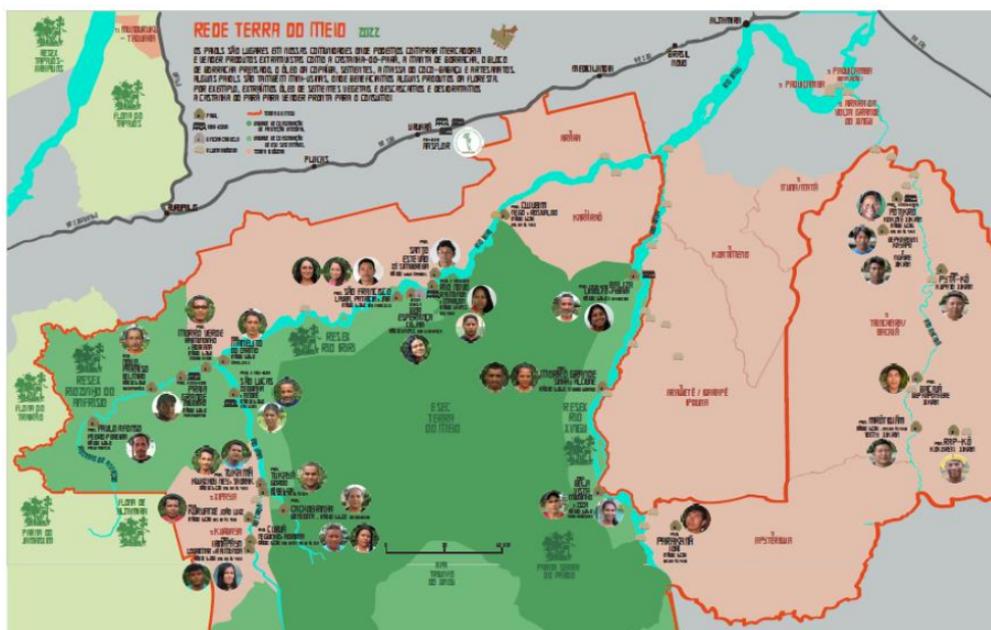
8. Metodologia

8.1. Público Alvo do projeto

Um território estratégico para execução do projeto Pará PSA 2 para territórios coletivos é o mosaico de territórios chamado Terra do Meio. Além da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará, principal beneficiária da estrutura do Programa de PSA, o PSA Pará 2, com o Piloto de PSA para territórios coletivos, impactará indiretamente mais de 3.000 pessoas que pertencem às comunidades engajadas pela Rede. É importante ressaltar que a unidade beneficiária direta ainda não está definida, tendo em vista que dependerá da modalidade contratual a ser pactuada durante o projeto. Além disso, por meio da estruturação do PSA Pará 1 e do PSA Pará 2, o Programa de PSA espera impactar diretamente proprietários privados e territórios coletivos de forma ampla no estado do Pará.

8.2. Localização no território (com mapa)

Localizada no sudoeste do Pará, a Terra do Meio abrange um corredor de nove milhões de hectares de áreas protegidas (ver figura a seguir). Nesse território, existe uma rede local de comercialização de produtos denominada Rede Terra do Meio - referida no texto como "Rede" - que está ativa há 12 anos. Mais do que um arranjo comercial, a Rede promove a governança territorial, a proteção das florestas e dos rios, a valorização das diversas culturas tradicionais e luta pela promoção da educação, da saúde e de outros direitos dos povos da floresta. A Rede é composta por 27 cantinas ligadas a 15 associações comunitárias em 8 terras indígenas e 3 reservas extrativistas. Beneficia diretamente 15 associações, e indiretamente 598 famílias e 3.376 pessoas.



8.3. Procedimentos

Os procedimentos, tal como os materiais e métodos adotados para alcançar o objetivo do projeto são divididos por meio de componentes, tal como explicitado a seguir:

Componente 1: Estruturação e Monitoramento do Programa PSA:

- Desenvolvimento de estratégia de envolvimento das partes interessadas, com foco em Povos Indígenas e comunidades locais (IPLC).
- Estabelecimento de bases para um processo contínuo de Consentimento Livre, Prévio e

Informado (FPIC).

- Apoio à capacitação e participação da comunidade para envolvimento adequado dos IPLC e desenvolvimento de estruturas de governança adequadas.
- Estruturação da estratégia e desenvolvimento de metodologia de PSA para territórios coletivos.
- Mapeamento de recursos para sustentabilidade financeira e proposição de uma arquitetura financeira sólida.

Componente 2: Operacionalização do Mecanismo de Pagamento:

- Prototipagem e concepção do piloto para os territórios coletivos.
- Desenvolvimento de um plano de ação para os beneficiários, incluindo plano de envolvimento da comunidade.
- Formalização de instrumentos legais de compromissos e pagamentos.
- Definição e estabelecimento de contratos entre agentes financeiros para operacionalização dos pagamentos.
- Início dos pagamentos e acompanhamento.

Componente 3: Gestão e Disseminação do Conhecimento:

- Monitoramento e avaliação do projeto piloto de PSA e estruturação do padrão de transparência dos resultados do Programa de PSA do Pará.
- Definição de métricas de monitoramento e mensuração e análise de impacto.
- Monitoramento e avaliação da equidade e inclusão de gênero.
- Avaliação de resultados e capacitação junto ao governo estadual para melhoria contínua e estratégia de sustentabilidade de longo prazo.
- Avaliação do potencial de replicabilidade em outras geografias e jurisdições para o Programa de PSA.
- Disseminação de resultados e troca de experiências.

8.4. Estudos Ambientais

9. Meta (s)/ Etapa(s) do projeto

As metas do projeto são descritas conforme descrito a seguir:

Os indicadores específicos e áreas de impacto:

- Hectares de terras florestais sob gestão e recuperação sustentáveis, ou com outras práticas melhoradas que contribuam para a diminuição da desflorestação, reforço dos sumidouros de carbono, e aumento da capacidade de adaptação dos ecossistemas, contribuindo para os meios de subsistência (ha).
- Número de mulheres e beneficiários de povos indígenas e comunidades locais (IPLC).
- Número de grupos IPLC que participam ativamente na tomada de decisões sobre seus territórios ou paisagens.
- Número de pequenos e médios agricultores e comunidades dependentes da floresta que beneficiam de capacitação econômica, melhor governança e práticas e iniciativas de produção e gestão florestal sustentáveis e respeitadoras do clima na paisagem/jurisdição.
- Número de reformas políticas de apoio a paisagens resilientes e à conservação e recuperação de florestas.
- Valor do cofinanciamento direto apoiado (\$).

10. Resultado e Impacto esperado

11. Equipe gestora do projeto

11.1. Equipe executora

Neste tópico, indica-se a atual descrição do projeto, tal como os atores envolvidos, por meio da coordenação do Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

1. SEMAS;

11.2. Equipe de apoio

1. FUNBIO
2. TNC
3. BID

12. Investimento

12.1. Fonte de recurso

Orçamento Geral da União () Orçamento dos Estados ou Municípios (x) Outros fundos nacionais e internacionais, parcerias (x) Parcerias Público-Privadas (x)

12.2. Valor do projeto

Investimento no projeto, o valor estimado é de 19,25 milhões de reais.

12.3. Cronograma Físico-Financeiro

A partir do avanço em planejamento do projeto, será elaborado segundo o modelo sugerido pela SUDAM.

ID	Metas/Tarefas	Unidade/Responsável	Início	Término
----	---------------	---------------------	--------	---------

Tarefa ID	Elementos de dispêndio para cada meta	Ano 1 R\$	Ano 2 R\$	Total R\$
	Contratações de RH			
	Instalações preliminares			
	Máquinas e equipamentos			
	Obras/ Instalações			
	Passagens			
	Diárias			
	Outros Serviços			
	Total R\$			

13. Gestão de Risco

13.1. Indicador do projeto

13.2. Análise de Risco

Sugere-se preencher o quadro modelo abaixo:

Ações ou Eventos de riscos à execução do projeto	Ações preventivas conter os riscos / Ações Corretivas para mitigar os riscos concretos
1.Atrasos:	O Projeto BR-G1013 dependerá de resultados - como a coleta de dados e informações para o desenvolvimento do projeto piloto - que estão sendo desenvolvidos no âmbito do BR- T1516. Eventuais atrasos nessas entregas podem ter impactos negativos na sua execução. Para mitigar esses riscos, o FUNBIO acompanhará de perto o andamento do alcance dos resultados do BR-T1516 em colaboração com o BID, TNC e SEMAS.
2.Riscos políticos:	O projeto depende do Governo do Estado como comprador de serviços ambientais, pelo que existe volatilidade quanto ao nível de apoio financeiro assumido. Para mitigar esse risco, há a preocupação de diversificar as fontes de financiamento, com diferentes arranjos de pagamento. Além disso, o Programa de PSA do Pará é estabelecido sob um robusto arranjo de políticas públicas, do PEMC, PEAA, Programa Territórios Sustentáveis e PLANBIO, construído em alinhamento com o compromisso do Pará com a iniciativa Race to Zero, uma campanha global para impulsionar a liderança em direção a emissões líquidas zero.
3.Risco fiscal:	Para cada modelo de SPE desenvolvido, será efectuada uma avaliação prévia da legislação fiscal aplicável e dos seus potenciais impactos, apoiando a definição do modelo a utilizar.
4.Arranjo institucional:	Serão realizadas avaliações de custo e efetividade de diferentes modelos para a assinatura de termos de compromisso, variando de acordo com o convênio firmado (se entre usuário-recebedor e FUNBIO, ou entre usuário e SEMAS com intervenção do FUNBIO).
5.Nível de envolvimento dos beneficiários:	Uma estratégia de engajamento contínuo será desenvolvida com os beneficiários, contribuindo para a definição de um mecanismo de participação ativa que aumente sua vontade de participar. Um aspecto importante é a avaliação, através do processo de envolvimento da comunidade, de que não haverá impacto negativo no recebimento de benefícios governamentais recebidos pelos indivíduos, como o "Bolsa Família" e o seguro-desemprego, através de uma abordagem contínua de aprendizagem e adaptação.
6.Riscos de alterações climáticas.	Riscos de alterações climáticas. O projeto está pouco exposto aos riscos climáticos e os métodos aplicados nas zonas-piloto terão em conta o estado da arte em questões relacionadas com o clima.
7.Riscos de sustentabilidade.	Para reduzir gradualmente a afetação de recursos aos beneficiários, o programa-piloto foi concebido para maximizar os seus resultados através dos ganhos de escala dos novos modelos de produtividade e de utilização dos solos. O projeto realizará estudos para identificar fontes diversificadas de financiamento a médio e longo prazo.

14. Referências

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024 -2027 / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Belém: SUDAM, 2023.

15. Anexos

Não há anexos para esse projeto.